



O Papel das Tecnologias Assistidas no Processo de Alfabetização de Alunos com Necessidades Especiais

Idelzuite Maria de Sousa Paulino¹; Isac Sales Pinheiro Filho²

Resumo: A pesquisa teve como objetivo analisar o impacto das práticas de alfabetização, letramento e educação inclusiva no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Para isso, foram investigadas as principais abordagens e metodologias utilizadas, avaliando o papel da educação inclusiva na promoção da igualdade de oportunidades educacionais e identificando os desafios enfrentados. A metodologia adotada envolveu revisão bibliográfica e análise de estudos empíricos relacionados ao tema. Os resultados revelaram a importância de estratégias personalizadas, como o uso de práticas multissensoriais e tecnologias assistivas, bem como o trabalho colaborativo entre educadores, familiares e profissionais especializados. A educação inclusiva foi destacada como um fator crucial para garantir a igualdade de oportunidades e a promoção do pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais. No entanto, foram identificados desafios, tais como a falta de recursos adequados e a necessidade de formação e capacitação dos professores. Recomenda-se a implementação de políticas inclusivas, a oferta de formação docente direcionada à educação inclusiva e a disponibilização de recursos adequados. Essas ações são essenciais para promover uma educação inclusiva de qualidade, garantindo o sucesso no processo de alfabetização e letramento dos alunos com necessidades especiais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Alfabetização. Letramento.

The Role of Assisted Technologies in the Process for Special Needs Students' Literacy

Abstract: The research aimed to analyze the impact of literacy, literacy and inclusive education practices in the learning process of students with special needs. For this, the main approaches and methodologies used were investigated, evaluating the role of inclusive education in promoting equal educational opportunities and identifying the challenges faced. The methodology adopted involved

¹ Especialista em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Iguazu e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: profaidel@hotmail.com ;

² Mestre em Administração de Empresas pela MUST University/ Universidade da Amazônia –UNAMA, Especialista em Gestão de Negócios pela Universidade de São Paulo-USP, Especialista em Gestão e Projetos Educacionais pela Faculdade INTA, Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Ceará-UFC e Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: isacusp@hotmail.com .

bibliographical review and analysis of empirical studies related to the theme. The results revealed the importance of personalized strategies, such as the use of multisensory practices and assistive technologies, as well as collaborative work between educators, family members and specialized professionals. Inclusive education was highlighted as a crucial factor in guaranteeing equal opportunities and promoting the full development of students with special needs. However, challenges were identified, such as the lack of adequate resources and the need for teacher education and training. It is recommended the implementation of inclusive policies, the provision of teacher training aimed at inclusive education and the availability of adequate resources. These actions are essential to promote quality inclusive education, ensuring success in the literacy process for students with special needs.

Keywords: Inclusive Education. Reading and writing skills. Literacy.

Introdução

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dados recentes revelam que ainda existem desafios a serem superados no que diz respeito à educação inclusiva. No Brasil, a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência é superior à média nacional. Segundo o Censo Escolar de 2021, aproximadamente 11% dos estudantes matriculados na educação básica possuem algum tipo de deficiência, o que reforça a importância de abordagens efetivas para a alfabetização e o letramento desses alunos (INEP, 2021).

É importante reconhecer que, apesar dos atrasos no desenvolvimento e das dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos alunos com algum tipo de deficiência, cada criança é única e possui uma forma individual de compreensão, maturação e ritmo de desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e vida diária. É necessário compreender que esse processo requer tempo, atenção e mediação por parte dos professores, família e rede de apoio envolvida no ambiente escolar (VIDAL, 2023).

A disponibilização de recursos didáticos pedagógicos e de acessibilidade é fundamental para que as crianças com algum tipo de deficiência possam adquirir conhecimentos e desenvolver suas habilidades e competências, tanto para a formação acadêmica quanto para a interação com o mundo em suas diversas especificidades (VIDAL, 2023).

A busca das famílias pela inclusão de seus filhos na sala de aula regular tem sido uma luta antiga e, ao longo dos anos, tem recebido maior visibilidade e um novo olhar sobre as práticas de ensino. Embora a inclusão ainda esteja longe de ser ideal, avanços significativos têm sido feitos, graças às práticas de ensino colaborativas e ao compromisso da comunidade

escolar, que têm proporcionado uma nova relação entre alunos, famílias e um melhor desenvolvimento e formação para todos os envolvidos (VIDAL, 2023).

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases, a Constituição Federal e autores como Vygotsky, Plestch, De Carlo, Ferreiro, Malheiros & Mendes, Figueiredo e outros, destacam a importância da inserção dessas crianças no ambiente educacional. As políticas públicas têm favorecido a entrada e permanência desses alunos na sala de aula regular, buscando garantir acesso, participação, aprendizagem e continuidade nos diferentes níveis de ensino, além de oferecer suporte especializado e promover a formação de professores e a participação da família e da comunidade (VIDAL, 2023).

O atendimento educacional especializado desempenha um papel essencial, identificando, elaborando e organizando recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos com necessidades específicas.

Esse atendimento complementa a formação dos alunos, visando sua autonomia e independência na escola e fora dela, e disponibiliza programas de enriquecimento curricular, ensino de linguagens e códigos específicos, ajudas técnicas, tecnologia assistiva, entre outros recursos. É fundamental que esse atendimento esteja em consonância com a proposta pedagógica do ensino regular ao longo de todo o processo de escolarização (VIDAL, 2023).

Portanto, é necessário adotar uma nova perspectiva educacional para atender às demandas dos diferentes casos, fornecendo apoios adequados para que cada estudante tenha seus direitos respeitados e possa desenvolver suas habilidades, não apenas no contexto escolar, mas também no que diz respeito à leitura e escrita.

Diante desses desafios, diversos sistemas de educação têm implementado medidas para promover a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Isso inclui a adaptação de currículos, a disponibilização de recursos pedagógicos adequados e a capacitação de professores para atender às demandas da diversidade na sala de aula. É essencial que as estratégias pedagógicas sejam diferenciadas, considerando as necessidades individuais de cada aluno e estimulando sua participação ativa no processo de aprendizagem (VIDAL, 2023).

A alfabetização refere-se ao processo de aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, enquanto o letramento envolve a capacidade de utilizar essas habilidades de maneira significativa em diferentes contextos sociais. Esses aspectos são essenciais para a participação efetiva dos alunos na sociedade. Nesse sentido, políticas públicas e investimentos na formação de professores são essenciais para promover uma educação inclusiva e de qualidade.

É fundamental que as práticas pedagógicas sejam pautadas na diversidade e que os recursos didáticos sejam acessíveis a todos os alunos. Somente dessa forma será possível garantir uma educação inclusiva que valorize as potencialidades individuais e promova a participação plena dos estudantes com necessidades especiais (VIDAL, 2023).

A partir disso, a pergunta de partida deste trabalho busca entender: Qual é o impacto das práticas de alfabetização, letramento e educação inclusiva no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais?

O objetivo geral é: Analisar o impacto das práticas de alfabetização, letramento e educação inclusiva no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Já os objetivos específicos são: 1. Investigar as principais abordagens e metodologias utilizadas na alfabetização e letramento de alunos com necessidades especiais. 2. Avaliar o papel da educação inclusiva na promoção da igualdade de oportunidades educacionais para alunos com necessidades especiais. 3. Identificar os desafios e obstáculos enfrentados na implementação de práticas efetivas de alfabetização, letramento e educação inclusiva para alunos com necessidades especiais.

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se em uma abordagem bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2019). Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura, buscando obras relevantes e atualizadas sobre o assunto. Foram consultados livros, artigos científicos, dissertações e teses de autores renomados na área da educação. Essa busca foi conduzida em bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e plataformas especializadas, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema, como “alfabetização”, “letramento”, “educação inclusiva” e “necessidades especiais”.

Após a seleção das fontes relevantes, foi realizada uma leitura minuciosa dos materiais obtidos, a fim de extrair as informações pertinentes ao objetivo da pesquisa. Foram identificados conceitos-chave, teorias, modelos e abordagens relacionados à alfabetização, letramento e educação inclusiva no contexto da educação de alunos com necessidades especiais.

Com base nas informações coletadas, foram estabelecidos o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, que visaram analisar o impacto das práticas de alfabetização, letramento e educação inclusiva no processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Esses objetivos foram delineados considerando a relevância dos aspectos teóricos e práticos relacionados ao tema.

A partir da análise dos dados, foram elaborados parágrafos e seções do trabalho, seguindo uma estrutura coerente e organizada. As informações foram sintetizadas e relacionadas aos objetivos da pesquisa, com o intuito de responder à pergunta de partida e fornecer embasamento teórico consistente.

Contexto Histórico da Inclusão

É essencial entender o significado da Educação Inclusiva, conforme explicado por Freitas (2003), a concepção de Educação Inclusiva estabelece que todas as escolas devem acolher os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Isso abrange alunos com deficiência, altas habilidades, crianças e jovens em situação de rua, trabalhadores, nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, de diferentes áreas geográficas e outros grupos em desvantagem ou marginalizados.

Assim, a escola deve estar preparada para receber e atender todos os alunos que buscam inclusão no contexto educacional. Não se trata apenas de inserção, mas de inclusão e apoio ao desenvolvimento desses alunos. Na escola inclusiva, os estudantes aprendem a valorizar as diferenças, adquirindo autonomia diante do conhecimento e do ensino socialmente construído. O acesso ao ambiente escolar proporciona às crianças a oportunidade de adquirir conhecimentos e se desenvolver globalmente, preparando-se para exercer sua cidadania no futuro.

Inclusão no Brasil e no Mundo

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 205, o direito de todos à educação, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho. O artigo 206, inciso I, preconiza a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. É fundamental que os indivíduos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) sejam inseridos e permaneçam no ambiente escolar, para que suas capacidades físicas, sensoriais e intelectuais sejam desenvolvidas.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 tem como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de deficiência” (art. 3º, inciso IV). Para construir uma sociedade livre de

preconceitos, é necessário abordar esses aspectos desde cedo no ambiente escolar, ensinando às crianças a conviver e respeitar a diversidade presente no meio escolar.

Em 1990, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) determinou que todos os países membros deveriam trabalhar internamente para construir sociedades inclusivas. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação destaca que: Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração institucional”, que permite o acesso às salas de aula regulares para aqueles que têm condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas, seguindo o mesmo ritmo dos demais alunos (BRASIL, 2010).

A inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas regulares, de acordo com a PNEPEI, estão respaldadas na Constituição Federal de 1988. O artigo 205 estabelece a educação como um direito de todos, dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. O artigo 208 garante o direito ao atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência. O artigo 209 afirma que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que cumpra as normas gerais da educação nacional e seja autorizado e avaliado pela autoridade pública.

A fim de concretizar os princípios da Constituição, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) busca garantir que os estudantes tenham acesso a um conjunto fundamental de conhecimentos e habilidades em todas as escolas do país, tanto públicas quanto privadas, urbanas e rurais. A BNCC enfatiza a necessidade de um compromisso com a educação integral, reconhecendo que a educação básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global. Isso implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com abordagens simplistas que priorizam apenas a dimensão intelectual ou afetiva. A escola, como espaço de aprendizagem e democracia inclusiva, deve fortalecer a não discriminação, o respeito às diferenças e diversidades.

Papel do Educador na Inclusão

Nesse contexto, é crucial que os professores busquem incorporar uma variedade maior de atividades em seus planejamentos, a fim de promover uma maior proximidade com

todas as crianças, independentemente de seu grau de dificuldade. ABNCC destaca a necessidade de superar as desigualdades e planejar com foco na equidade, reconhecendo que as necessidades dos estudantes são diversas.

É importante proporcionar aos alunos com deficiência a exploração de uma ampla gama de objetos, movimentos, jogos e oportunidades reais de criar, imaginar, socializar e interagir com seus colegas. Essa inclusão contribuirá para um processo educacional de qualidade, permitindo que a criança aprenda de forma leve a “Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer”, como propõe a BNCC.

O estímulo à descoberta deve estar integrado à rotina, pois acredita-se que os alunos com deficiência intelectual têm capacidade de aprender e se desenvolver. Ao pensar na educação de forma inclusiva, é fundamental acolhê-los, fazendo com que se sintam seguros e respeitados em sua individualidade, a fim de promover um desenvolvimento integral. A Teoria Psicogenética de Wallon nos convida a repensar nossa prática, considerando a psicogênese da pessoa como um todo. De acordo com essa teoria, afetividade e cognição são aspectos inseparáveis e em constante interação ao longo da vida (MAHONEY, 2000).

A integração das dimensões motora, afetiva e cognitiva, que é um conceito central na teoria de Wallon, é claramente descrita por Mahoney (2000). Os aspectos motores, afetivos, cognitivos e a própria pessoa estão tão interligados que cada um é parte essencial dos demais. Embora tenham identidades estruturais e funcionais distintas, eles estão intrinsecamente integrados. Separá-los é necessário apenas para fins de descrição do processo. Qualquer atividade humana tem repercussões afetivas, cognitivas e motoras; qualquer disposição afetiva possui influências motoras e cognitivas; e qualquer operação mental afeta a dimensão afetiva e motora. Todas essas interações têm um impacto na pessoa como um todo.

Ao nos apropriarmos desse conhecimento como professores, ampliamos nossa capacidade de conexão e possibilitamos intervenções que promovem o desenvolvimento de áreas e habilidades dos alunos com deficiência intelectual, garantindo que a aprendizagem ocorra de maneira gradual e abranja todas as partes para formar um todo coeso (SOARES, 2020).

Portanto, ao reconhecermos a interdependência das dimensões motora, afetiva e cognitiva na educação inclusiva, podemos oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência intelectual, garantindo que eles tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e sejam capacitados a atingir seu pleno potencial (SOARES, 2020).

Conforme discutido por diversos autores, como Silva (2007), Ferraro (1999), Schelbauer (2010), Ferreira (1999), Faria (2012), Carvalho e Kleiman (1995), a alfabetização é um processo fundamental na educação, e diferentes métodos têm sido utilizados ao longo do tempo para alcançar esse objetivo.

Um dos métodos abordados é o sintético, que enfatiza a aprendizagem das partes individuais da palavra, como letras, sons das letras ou sílabas, antes de formato todo. Esse método costuma envolver treinos de imitação, repetição, associação e cópia, buscando a correção dos erros por meio da repetição. É importante ressaltar que os erros também desempenham um papel construtivo na aprendizagem, fornecendo informações sobre as hipóteses em que a criança está trabalhando (CAVALCANTE, 2015).

Por outro lado, o método analítico segue uma abordagem oposta, iniciando com unidades maiores, como textos, contos ou frases, e, a partir disso, trabalhando as unidades menores. Esse método busca construir o conhecimento por meio da compreensão de textos com significado, tornando o ensino mais relevante e contextualizado para os alunos (CAVALCANTE, 2015).

É importante destacar que os métodos de alfabetização não são a única chave para um bom trabalho de alfabetização. A competência do professor e as condições materiais também desempenham um papel crucial nesse processo. Além disso, o contexto social e a relevância dos textos no cotidiano dos alunos são elementos fundamentais para promover a alfabetização e o letramento (CAVALCANTE, 2015).

A alfabetização e o letramento são habilidades essenciais para a inclusão social e escolar dos indivíduos. Ser um sujeito letrado na sociedade atual significa ter capacidade de ler, compreender e utilizar a escrita de forma significativa, participando ativamente na comunicação e interação social (CAVALCANTE, 2015).

Em resumo, a alfabetização é um processo complexo, no qual diferentes métodos podem ser aplicados. A escolha do método adequado depende das necessidades e características dos alunos, bem como das competências do professor. O letramento, por sua vez, vai além da simples decodificação das letras, buscando desenvolver a capacidade de compreensão e produção de textos, tornando-se fundamental para a inclusão e participação plena na sociedade (CAVALCANTE, 2015).

Alfabetização e Letramento

O processo de aprendizagem da leitura e escrita, conhecido como alfabetização e letramento, é influenciado pelas interações e relações estabelecidas no ambiente familiar e escolar. O contexto desempenha um papel crucial na construção desse conhecimento. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, garantindo seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE). No Ensino Fundamental, que abrange nove anos e atende estudantes de 6 a 14 anos, ocorrem diversas transformações físicas, cognitivas, afetivas, sociais e emocionais (CAVALCANTE, 2015).

Durante esse período, as crianças passam por mudanças significativas em seu desenvolvimento, que afetam suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Além disso, elas ampliam suas experiências na oralidade, percepção, compreensão e representação, elementos fundamentais para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação (SOARES, 2020).

Nos primeiros dois anos do Ensino Fundamental, o foco pedagógico deve estar na alfabetização, proporcionando amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, ao mesmo tempo em que desenvolvem outras habilidades de leitura e escrita e se envolvem em práticas diversificadas de letramento. Conforme destacado por Soares (2020), alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, porém simultâneos e interdependentes. A criança aprende a ler e escrever ao se envolver em atividades de letramento, como leitura e produção de textos reais, inserindo-se em práticas sociais de leitura e escrita.

É importante notar que a aquisição da leitura e escrita vai além da decodificação de códigos e da escrita de palavras. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares abordam diversas práticas, considerando especialmente as culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nos dois primeiros anos dessa etapa, o processo de alfabetização deve ser o foco das ações pedagógicas. Aprender a ler e escrever proporciona aos estudantes novas possibilidades de construir conhecimento em diferentes áreas, por meio de sua inserção na cultura letrada, e de participar de forma mais autônoma e protagonista na vida social (SOARES, 2020).

Alfabetização e Letramento do Aluno com Necessidades Especiais

É fundamental destacar que o processo de desenvolvimento não difere entre pessoas com ou sem deficiência, como enfatiza Vygotski (1991). Tanto alunos com deficiência intelectual como alunos sem deficiência têm a possibilidade de se alfabetizarem, desde que recebam os apoios necessários para desenvolver suas habilidades. É importante superar a falta de conhecimento, os preconceitos e a infantilização, pois tais atitudes podem limitar o desenvolvimento e o conhecimento das pessoas com deficiência.

De acordo com Pletsch (2010), a criança com deficiência intelectual apresenta alterações nos processos mentais que podem interferir na aquisição da leitura, dos conceitos lógico- matemáticos, nas atividades da vida diária e no desempenho social. No entanto, essas alterações não são determinantes por si só no processo de ensino aprendizagem e no desenvolvimento.

Ressignificar a forma como enxergamos cada estudante significa estar atento às suas necessidades e proporcionar condições para que eles conheçam, contextualizem e se desenvolvam. Conforme sugere Vygotsky (1991), a deficiência é mais um aspecto social do que biológico, e a criança só se sente “deficiente” quando a sociedade ao seu redor lhe mostra suas limitações. De acordo com De Carlo, a escola deve esforçar-se para criar formas de trabalho que ajudem o sujeito a superar as dificuldades criadas pela deficiência. As metas educacionais para alunos com deficiência não devem ser diferentes das propostas para alunos sem deficiência, e é essencial estabelecer uma forte conexão com a comunidade para promover sua efetiva inclusão social.

Nessa perspectiva, acredito que devemos continuar buscando meios para promover o desenvolvimento de habilidades que proporcionem uma melhor qualidade de vida. Isso envolve oferecer mediações e intervenções significativas, desafiadoras e potencializadoras, permitindo que o sujeito seja o construtor de sua própria trajetória pedagógica e social.

Conclusão

Ao analisar o impacto das práticas de alfabetização, letramento e educação inclusiva no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, foi possível observar avanços significativos nesse campo. No que diz respeito aos objetivos específicos, a

investigação das principais abordagens e metodologias utilizadas na alfabetização e letramento de alunos com necessidades especiais revelou a importância de estratégias personalizadas e adaptadas às necessidades individuais de cada aluno.

A valorização de práticas multissensoriais, o uso de tecnologias assistivas e a promoção do trabalho colaborativo entre educadores, familiares e profissionais especializados emergiram como fatores relevantes para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Quanto ao papel da educação inclusiva, foi constatado que ela desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades educacionais para alunos com necessidades especiais.

A inclusão escolar propicia um ambiente em que todos os alunos são acolhidos, respeitados em suas diferenças e têm acesso a uma educação de qualidade. Nesse contexto, é essencial o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, a adaptação de materiais didáticos e a formação de professores capacitados para lidar com a diversidade presente na sala de aula.

Identificou-se também os desafios e obstáculos enfrentados na implementação de práticas efetivas de alfabetização, letramento e educação inclusiva para alunos com necessidades especiais. Dentre eles, destacam-se a falta de recursos adequados, a falta de formação e capacitação dos professores, bem como a resistência por parte de alguns atores envolvidos no processo educacional. Tais desafios reforçam a necessidade de investimentos e políticas públicas efetivas que garantam a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

No decorrer da pesquisa, constatou-se que o estudo não encerra a discussão sobre o tema, uma vez que a área da educação inclusiva está em constante evolução. Portanto, sugere-se a realização de novos estudos que aprofundem a compreensão dos desafios específicos enfrentados por diferentes grupos de alunos com necessidades especiais, bem como a investigação de abordagens pedagógicas inovadoras e eficazes.

Diante dos resultados encontrados, é recomendado que governantes, instituições de ensino e projetos pedagógicos dos cursos superiores direcionem esforços para a implementação de políticas inclusivas, o fortalecimento da formação docente voltada para a educação inclusiva e a disponibilização de recursos adequados às necessidades dos alunos. Além disso, a realização de capacitações periódicas para os atores envolvidos no processo educacional é fundamental para promover uma educação inclusiva de qualidade.

Em suma, as práticas de alfabetização, letramento e educação inclusiva têm um impacto significativo no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Ao reconhecer os desafios, investir em formação e promover ações concretas, é possível proporcionar uma educação inclusiva e igualitária, garantindo o pleno desenvolvimento e a participação.

Referências

CAVALCANTE, Valdicélia. **Alfabetização e letramento na educação inclusiva:**

desafios e possibilidades. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

COSTA, Ademárcia. **Educação Inclusiva:** Uma reflexão sobre Representação Social e Formação Docente. São Paulo: Editora Sucesso, 2010.

FARIA, Wendell Fiori de. **Lavando os pés para aprender a ler e escrever em uma escola ribeirinha do vale do Juruá:** a escola da vida e a vida na escola. Tese (doutorado em educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRO, Emilia. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2020:** Notas Estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2021.

KLEIMAN, Angela. B. (Org.). **Os sindicatos do Letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas-SP: Mercado de Letras. 1995. (p. 91 – 115).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar:** diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual / Márcia Denise Pletsch. – Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.

SCHLBAUER, Analete Regina; LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco; FAUSTINO, Rosângela Célia. (Organizadoras). **Práticas pedagógicas, alfabetização e letramento.** Maringá: Eduem, 2010. (vol.43).

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Alfabetização no Brasil:** questões e provocações da atualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea).

SOARES, Magda. Alfabetizar: **Toda criança aprende a ler e escrever**. São Paulo:Contexto, 2020.

VIDAL, Josselene. **A alfabetização e o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual**. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Especial – Noturno) – Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Educação Especial, Santa Maria.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

PAULINO, Idelzuite Maria de Sousa; PINHEIRO FILHO, Isac Sales. O Papel das Tecnologias Assistidas no Processo de Alfabetização de Alunos com Necessidades Especiais. **Id on Line Rev. Psic.**, Julho/2023, vol.17, n.67, p. 182-194, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 17/07/2023; Aceito 27/07/2023; Publicado em: 31/07/2023.